

AGOSTINHO DA SILVA: PRESSUPOSTOS, CONCEPÇÃO E AÇÃO DE UMA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL COM RELAÇÃO À ÁFRICA

Pedro Agostinho

Da fecunda ação de Agostinho da Silva no Brasil, talvez a menos conhecida faceta seja, em Portugal, a daquela que exerceu, a partir da Universidade Federal da Bahia e de seu Centro de Estudos Afro-Orientais, na orientação da política externa brasileira quanto à África do fim dos anos cinqüenta, inícios dos sessenta. Exceção a esse parco conhecimento serão apenas, acredito, os pronunciamentos com que a ele fez justiça, em artigos e discursos, o embaixador José Aparécido de Oliveira, por volta do três de abril de 1994.¹ E, hoje, não haverá provavelmente ninguém, dentre os que ainda estão vivos, melhor situado do que ele para opinar a respeito, desde uma perspectiva centrada no mais íntimo círculo do poder decisório nacional quanto à política externa. É que, nessa época, como secretário do então Presidente da República, Jânio Quadros, acompanhou, de perto, as idéias e o agir do professor Agostinho – como sempre o chamaram no Brasil. Além desses três já mencionados, estavam ainda envolvidos no projeto africano o ministro Afonso Arinos de Melo Franco, intelectual, jurista e político, e os diplomatas Wladimir Murinho e Rubens Ricupero. Eles, pelo lado governamental. Pelo da Universidade, o então reitor, Edgar Santos, e todo o grupo de colaboradores – dos contínuos aos professores e aos sacerdotes do Candomblé – que trabalhavam no, ou em torno do, Centro de Estudos Afro-Orientais da então Universidade da Bahia.

Creio, no entanto, que àquela perspectiva, de ordem pessoal-institucional, poderia eu agora acrescentar uma outra, de caráter muito mais pessoal, que se baseia no convívio permanente e na constante troca e discussão de idéias entre duas pessoas que, mais

¹ Data do falecimento de Agostinho da Silva (☆ Porto, Bonfim, 13.02.1906; † Lisboa, Restelo, 03.04.1994). Latinista e filólogo por formação, educador, ensaísta, tradutor, poeta, biógrafo, ficcionista, divulgador e conferencista, professor e pensador, incursionou pela entomologia e pela pintura, cerâmica e azulejaria; trabalhou em história, e interessou-se por línguas, filosofia, teologia, matemáticas e outras ciências exatas e naturais. Mas foi, acima de tudo, desafiador de pessoas para uma liberdade e ousadia plenamente vividas.

que pai e filho, foram sempre grandes amigos com focos de interesse semelhantes: os quais, felizmente, não excluía naturais discrepâncias e diferenças de pontos de vista. É por essa constante troca de idéias sobre problemas que, naquela época, se referiam sobretudo à grande política internacional (alguns diriam *grande estratégia*), que me julgo, hoje, autorizado a depor sobre o que fez e o que pensou.

Creio igualmente que se perguntassem ao professor qual a coisa mais importante que tinha feito no Brasil, ele diria sem hesitar que foi essa intervenção na política internacional (1959-1961), e para esta, o Centro de Estudos Afro-Orientais da hoje Universidade Federal da Bahia. Os antecedentes de tal atuação, em Santa Catarina, foram como que momento de preparação e amadurecimento. E o que fez depois, no Centro Brasileiro de Estudos Portugueses da Universidade de Brasília (1962-1969), seria o complemento lógico das iniciativas antes partidas da Bahia, se a cegueira e falta de imaginação política de um e do outro lado do mar não tivessem cerceado decisivamente suas possibilidades de êxito: as quais foram cortadas, definitivamente para aquele tempo, pelos acontecimentos políticos de 1964. Com estes, um vagalhão de mediocridade intelectual e política submergiu e dominou longamente a Universidade de Brasília, destruindo o Centro (1962-1969), que Agostinho tentou salvar até ao fim – só desistindo quando as condições demonstraram ser inócua a resistência.

Se lhe perguntassem, também, qual o homem de pensamento e ação para o qual mais seu gosto se inclinava, tenho quase certeza de que a escolha cairia sobre Vieira. Ou os Vieira, unificados num só ator – o padre dedicado a uma causa que, se no fim era religiosa, não era no entanto muito ortodoxa, e se realizava por meios fundamentalmente políticos: o militante membro da militar e disciplinada Companhia (de voluntários, repare-se, nunca de conscritos...); e o sonhador de utopias a quem não bastava o sonhar, mas só o sonhar na tensão do, agindo, por em concreto o sonhado sonho. Aqui, porém, com racional e fria objetividade política: melhor exemplo não há que o do “Papel Forte”, que escreveu. Ao que se somava o homem que a sua toda complexidade expressava em imaginativo e audaz explorar da língua.

Não é de espantar: com a diferença de ser Agostinho, por caráter, mais espartano do que barroco, havia muito de comum no modo pelo qual ambos se puseram perante o mundo; no caso de Agostinho, em especial durante e depois de sua fase sul-americana. Portugueses que por muitos anos foram brasileiros e do Brasil, ficaram definitiva e fundamente marcados ao amadurecerem e refletirem, aqui, soltos

das peias de pensamento e conduta que Roma, o reino ou a ditadura impunham a Portugal. Agostinho, após o Brasil, passou sempre a sentir-se “um português à solta”, e muito desejava que todos assim o fossem. Quase diria: aceitava a custo que outros o não fossem também... Daí seu horror à conduta e ao pensamento bem comportados – dando valor ao paradoxo no pensar e no viver, oposto por ele ao ortodoxo e heterodoxo, que, em princípio, rejeitava – o que não significa a recusa ao rigor do raciocínio disciplinado, sempre que este se impunha e tornava necessário. Nunca o vi insurgir-se contra o que alguém lhe chamou um dia: racionalista místico. Pelo contrário: parecia até aceitá-lo de bom grado e divertido. Com essa classificação, tendo, eu, a plenamente concordar.

Considerados lado a lado, nisso estará talvez a maior confluência de sua postura com a de Vieira: o terem em mente uma utopia, misticamente concebida, que, para eles, não devia ficar utópica: um e outro teimaram sempre em criar na prática um tempo e um espaço – tópico – em que se concretizasse o que até lá seria estritamente utópico, na plena acepção etimológica do termo. Poder-se-ia, suspeito, detectar aqui, tanto pelo conteúdo quanto pela expressão – retórica em Vieira, poética em Agostinho mesmo quando em prosa –, um discorrer que diria mitopoiético, ou, talvez melhor, análogo ao discorrer mitopoiético. De uma mitopoiése que ia, em Vieira, buscar principalmente à história sagrada os elementos de sua construção, pela exegese da profecia; enquanto Agostinho os buscava na história portuguesa e de Portugal em sua relação com o mundo. Por isso ambos, ao darem curso a suas idéias, quando aparentemente afirmavam (à superfície dos respectivos discursos) que isto ou aquilo *era*, ou *fora*, reportando-se às respectivas bases históricas, só pelo incauto podem ser tomados ao pé da letra.

Pelo contrário: conscientemente ou não, muito mais que explicação, ou interpretação racionalista, de um passado univocamente histórico, e explorado conforme as regras do saber científico, o que ali se traça, por trás de sua mais estrita e concreta aparência – quer dizer, do *fenômeno* discursivo –, é algo que está em um nível mais profundo, e não aparente, daquilo que exprimem como histórico: é o arçabouço de uma *carta mítica* (como diriam meus colegas antropólogos), em que só se usa o passado para expressar projeto de futuro. Não por acaso terá Vieira chamado, à sua, História do Futuro. Só enganadoramente se estaria, pois, face a discursos que possam ser submetidos, quanto ao método e conclusões, à crítica que tome como referência os princípios das ciências da história. Para plenamente os entender, será talvez preciso ir por outros e mui diferentes

caminhos – os da leitura do mito em sua própria história e no ambiente, individual e nacional, dos dois autores e do povo a que pertencem. Caminhos esses pelos quais não tenho meios de enveredar agora. Em breve: direi apenas que, no caso presente, o que é por eles mais ou menos cripticamente expresso remete, muito mais que a um *ser*, a um *dever ser*. Por isso se torna, em verdade, naquele “nada que é tudo” de que falava Pessoa. E é tudo, virtualmente, porque se erige em marco de referência para todo agir posterior. Marco esse que era, para Vieira, o do Quinto Império; e para Agostinho, o do Império do Espírito Santo.

Aqui, ao parecer que convergem, é que vejo afastarem-se os dois pensadores: de comum, só continuam a ter Portugal e as unidades políticas que dele historicamente derivaram como os agentes, por excelência, do concretizar da utopia. Para o primeiro, seu Império seria o de uma hegemonia ideológica e política, centrada no poder religioso de Roma e no poder temporal do rei português. Mantendo assim, através e apesar da geral conversão, que previa, dos judeus, dos hereges protestantes e dos gentios de além-mar, uma hierarquia etno-sócio-política, religiosamente unificada, que, em seu cerne mais profundo, seria a mesma vigente no mundo daquele tempo: só que, despojada de suas contradições específicas no campo religioso e político, espacial e ideologicamente alargada, universal; e por isso mesmo católica, no sentido etimológico e institucional do termo. Em última análise, criaria no mundo uma sociedade cuja hierarquia ideal estava centrada, perdoem a redundância, nas posições tópicas de Vieira – católico-romana, portuguesa – contrapostas a ameaças prementes da Europa seiscentista: protestantes, castelhanas, holandesas. Esses são, aliás, fatores que, importantes para lhe compreender o messianismo, não poderei discutir agora.

Para Agostinho, porém, aquilo a que chamou Império sempre se pôs como algo inteiramente distinto. Era objetivo, antes do mais, que se deveria alcançar no mais íntimo de cada um, e que, se concretizado coletiva e historicamente, haveria de ser social, política e religiosamente difuso, sem centros de poder político, e, sobretudo, sem centros de poder religioso e ortodoxo. Embora de uma sua leitura apressada – ou equivocada, parece-me – muitos possam extrair, como extraíram, compreensão diversa, não tenho a mínima dúvida de que para ele era assim que as coisas se punham. Inspirado nas idéias de Joaquim de Flora quanto às três Idades da História e à Idade final que seria a do Espírito Santo – sem a Lei que caracterizara a Idade do Pai, e a *Ecclesia* que caracteriza a Idade do Filho –, o que almejava viria como um Império de fraternidade, de *charitas*

universal, de riqueza igualmente distribuída, de liberdade, onde não poderia haver presos nem opressores. Nele, o Espírito fluiria livremente, sem barreiras étnicas, sociais, econômicas, ideológicas ou políticas hierarquizando os homens entre si e justificando dominação de uns sobre outros. Não por acaso me confidenciou um dia: "... ao que eu chamo Império do Espírito Santo, outros chamam sociedade sem classes". Império esse que via afirmado e ritualmente instaurado nas festas do Divino Espírito Santo, populares, nos dois sentidos em que se entende o termo, em Portugal, no Brasil, nas Ilhas e em todas a diáspora açoriana.

Aí o Menino coroado Imperador sintetizaria, simbolicamente, todo o potencial criativo da criança que, ainda não submissa às imposições socializadoras da sociedade (intrinsecamente repressiva), agora passava a regê-la: permitindo-lhe usar seus transitórios poderes rituais para, transgredindo, atualizar, simbolicamente também, a liberdade e a riqueza igualmente partilhada, no soltar do preso e no Bodo entre os pobres repartido na festa.

Noutras palavras: para Agostinho era límpida e clara a convicção de que, se o Império seria, antes que tudo, interior a cada homem, ele só aconteceria desde que estivessem garantidas as condições materiais básicas das respectivas vidas. De ninguém ou quase ninguém se pode esperar que, mergulhado na fome e na embrutecedora miséria, tente ou possa alçar-se às mais altas e criativas dimensões do espírito. A transformação sócio-econômica do mundo, no sentido simbolizado na festa seria, pois, pré-condição mesma para a atualização do proposto na *carta mítica*.

É portanto a esse conjunto de idéias – quase diria princípios, responsáveis pelas propriedades de um sistema futuro e antevisto ou proposto – que remete o pensamento de Agostinho, sem se preocupar em traçar regras precisas para esse tempo ainda a vir. Aliás, coerentemente: sempre considerou que os grandes erros da Ordem Franciscana foram, primeiro, o de se instituir como ordem; e, segundo, o de obrigar Francisco a escrever uma regra. Para Agostinho, institucionalizar e regulamentar foram sempre o espartilhar do poder criador, e sintoma de um começo de fim. Para ele esse não haver regra ou regras impostas surgia, pois, como garante de liberdade. Assim esboçado mais que definido, o utópico alvo apresentava-se-lhe, tenho razões para crê-lo, não como ponto localizável e alcançável no tempo, mas sim como ponto u-crônico para o qual tenderia, ao infinito, um vetor que seria o da história do homem na Terra. E esta o ponto no espaço em que, tendencialmente também e também ao infinito, a utopia se iria tornando tópica.

Aí emerge, parece-me, um paradoxo em seu pensamento, o qual, como paradoxo, é provável que não recusasse: ao mesmo tempo que tinha aquela tendência como inevitável e necessária – embutida na *máquina do mundo*, diria talvez o Poeta –, achava imperioso haver permanente, concentrado e ativo empenho no esforço de se aproximar daquele utópico ponto. A isso dedicou por inteiro a segunda parte da vida (publicamente demarcada, sugiro, por sua *Reflexão*, escrita em 1956),² procurando despojar-se de tudo, material e não-material, que lhe pudesse ser impedimento no caminho visado. Concentrado empenho quis dizer, para Agostinho, pensar, planejar e rezar; mas, simultaneamente, agir concretamente pela palavra, que fluía como se de um texto fosse, e pela escrita; e ainda pela muito direta intervenção no conduzir da coisa pública.

Nisso, furtando-se sempre a partidos e a seus jogos de poder, foi, sempre e antes de mais nada, político: já o fora na sua primeira fase portuguesa, a dos *Cadernos*, pondo à disposição de todos cultura como instrumento de liberdade e resistência à opressão. E na fase posterior, portuguesa e brasileira, pela criação ou utilização de meios institucionais que o instrumentassem rumo ao visado objetivo. Ao fazê-lo, passa da formulação mitopoiética, à calculada formulação de estratégias políticas, no campo internacional principalmente. E com isso, voltam ele e Vieira a convergir: viam ambos, claramente, que só a partir da dura confrontação com a realidade sócio-política e da estratégica intervenção sobre ela poderiam avançar para os diferenciados e utópicos alvos que se propunham. Feito o paralelo, é agora momento de deixar Vieira e centrar atenção na política internacional de Agostinho.

* * *

Ao chegar à Bahia em 1959, trazia consigo uma intenção prática e duas idéias gerais que norteariam sua ação. Intenção prática era a de sugerir a Edgar Santos a criação de um centro de estudos virado para o estudo d'África e das relações desta com Brasil; ampliado, veio ele a ser o já apontado Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade.³ E as idéias gerais referiam-se ao quadro geral da distribuição

² *Reflexão à margem da Literatura Portuguesa*, 1ª ed., Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1957 (Cadernos Culturais); 2ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, s/d [=1990] (Filosofia e Ensaios); cf. Júlio Gomes, "Esboço de bibliografia do prof. Agostinho da Silva", Porto, dat., c. 1993-1994.

³ Sobre a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, ver: Agostinho da Silva, "O nascimento do CEAO", *A Tarde*, 30 abril 1994, Caderno Cultural, p. 3 (escrito em 1991 e enviado a amigos); Idem, *Vida conversável*, org. e pref. de Henryk Siewierski, Brasília, Universidade de Brasília, 1994, pp. 106-120.

do poder mundial naquela época e a suas perspectivas futuras, por um lado; e, por outro, ao papel que poderiam ter os vários povos dos territórios, independentes ou não, cuja língua de Estado⁴ fosse o português, na América do Sul, na África e na Europa – exatamente nessa ordem, pois considerava a posição do Brasil como a de central importância.

Quanto à idéia sobre distribuição do poder mundial e a seu futuro, falou-me dela, primeiro, por volta de 1960 ou 61; e devo confessar que a achava, e por longos anos achei, pouco plausível e possivelmente absurda. Mas, esta opinião o tempo a corrigiu há pouco... Dizia ele que a principal oposição política de então se dava segundo um eixo leste-oeste e gerava dois hemisférios – o que era óbvio –, mas que isso teria mais ou menos curta duração – o que já não era tão óbvio assim. Sem se fazer alusões quanto às forças que se opunham e às tendências imperiais de ambas, afirmava que cada vez mais se aproximariam União Soviética, Estados Unidos e Ocidente Europeu, com as respectivas áreas de influência mais próxima. E que dessa aproximação resultaria bem provável *entente*, na qual os mais ricos, industrializados e, num certo sentido, “brancos”, se uniriam ou pelo menos entenderiam para explorar os pobres, predominantemente agrícolas e de variegadas “cores”. Nesse momento, a situação giraria noventa graus e a oposição seria norte-sul, com os correlativos hemisférios, impondo aos que ficassem abaixo do novo Equador (mais que geográfico, econômico e sócio-político) a necessidade de se juntarem em defesa de si mesmos, e das transformações que Agostinho queria ver operadas no mundo.

Por sua distribuição em quatro continentes; pelos interesses comuns que os contrapunham ao Norte industrial; pelas relações históricas que os ligavam; pela possibilidade de se entenderem numa língua compartilhada; e ainda pela interpretação que fazia do papel de Portugal na História,⁵ considerava Agostinho da Silva os terri-

⁴ Na época, não se punha a distinção entre *países* (ou territórios) de língua oficial portuguesa e aqueles que a tinham como língua materna ou língua nacional. Para evitar ambigüidades quanto ao plano da realidade a que me reporto – essencialmente político –, prefiro a expressão “línguas de Estado” porque engloba todas as possibilidades presentes: a dos países que só a têm como língua oficial, a do que a tem como tal e como língua materna de parte de sua população, e ainda o caso em que ela é oficial, materna e nacional. Pela ordem, refiro-me à África, ao Brasil e a Portugal.

⁵ Sobre esta questão, ver a já citada *Reflexão à margem da Literatura Portuguesa*, e sua vasta produção de 1956 em diante. É impossível incluir aqui todas as referências bibliográficas pertinentes. Mas o já referido sr. Júlio Gomes, do Porto, tem em preparo uma bio-bibliografia da obra de Agostinho da Silva, que se espera ver publicada em breve. Será exaustiva quanto a livros, opúsculos, folhetos e outras formas de publicação avulsa, mas não quanto ao que saiu nos vários tipos de imprensa periódica, ou nas edições xerográficas do próprio autor (cf. Júlio Gomes, inf. pessoal).

tórios de língua oficial portuguesa como elos, que, interligados, poderiam ser elementos e agentes, aglutinadores por excelência, dos povos e países “meridionais”. Meridionais, é claro, essencialmente por sua posição relativa face aos industrializados do Norte; na perspectiva de Agostinho, ficava Portugal também abaixo do novo Equador que previa, e em certo sentido desejava, o qual, na Península, passaria pelos Pirineus. Criar as condições para isso era importante na prática imediata, assim como importante era para os finais objetivos revolucionadores que a longuíssimo prazo pretendia.

Nesse quadro geral, com a maior parte da África emergindo em ainda frágeis independências, e Portugal isolando-se, submerso na ditadura e na vã esperança de conservar as colônias, havia um Brasil que desde 1955 ousava, e estava então pleno de autoconfiante afirmação. Só este reunia dimensões espaciais, potencial interno, econômico, científico e demográfico, e posição internacional de peso que permitisse liderar aquele aglutinante processo. Era isso que Agostinho queria desencadear. De mais a mais, o Brasil acrescentava, aos atributos que tinha para exercer liderança, o fato de estar lutando, na época, por sua própria autonomia e desenvolvimento econômico. Seria impossível descobrir neste país, ou imputar-lhe, pretensões imperialistas ou neocoloniais: faltavam-lhe, mesmo, os pré-requisitos para tanto. Os “subdesenvolvidos” não se poderiam sentir nunca ameaçados por uma política internacional, própria e decidida, do Brasil com relação a eles, e baseada nas premissas que esbocei.

Foi com tais intuítos que Agostinho propôs fundar o Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade da Bahia. Contra o que se possa pensar, não havia nisso intenção acadêmica: havia, sim, firme determinação de o tornar instrumento de preconcebida política, no plano local, nacional e internacional.

No plano local, a principal iniciativa veio a ser bem simples, mas com repercussões maiores: atendendo ao interesse dos congregados no Candomblé, e ao desejo, que tinham, de reforçar os tênues laços diretos que conservavam com África, iniciou-se um curso de iorubá.⁶ A quem pretendeu fazê-lo, deliberadamente não se exigiu escolarização comprovada, com o fito de, assim, abrir a Universidade àqueles que, até então, estavam dela por completo excluídos: sendo esses, por ascendência ou religião, de extração majoritariamente africana.

⁶Para ministrá-lo veio do Centro de Estudos Africanos de Londres o professor nigeriano Ebenezer Latunde Lagebikan. (Por falta de caracteres tipográficos próprios, substituí por um g e o s com um ponto em baixo, que, na ortografia iorubá, indica consoante fricativa palatal surda [= port. *ch*]).

Registre-se que a experiência foi um êxito, e que, ao mesmo tempo, lançou bases para receber os futuros estudantes que Agostinho, como direi, planejava trazer de África.

No plano nacional, o Centro devia tornar-se em ponto de estudo e documentação que permitisse ao Brasil todo o possível conhecimento de África e Oriente, mas capaz também de acolher alunos e professores vindos de lá, e de os encaminhar, aquém-mar, para os centros de excelência brasileiros – na Bahia ou fora dela – nas respectivas áreas de especialização. Isso porque era patente que uma das mais graves carências dos nascentes Estados do continente fronteiriço seria a falta de quadros técnicos, científicos, docentes e políticos: prepará-los no Brasil permitiria subtrair os estudantes e seus países à influência das antigas metrópoles, que, previsivelmente, logo desencadeariam políticas neocoloniais. Treinar esses quadros aqui era contrapor-se a tais políticas e, fomentando intercâmbios de idéias e pessoas, reforçar a ainda débil autodeterminação de seus povos. Por outra parte, estudar num mesmo país – o Brasil –, e sob o mesmo ambiente geral que então vigorava, simultaneamente cultural e político, ligaria, através de laços de comunicação e referência comuns, os futuros quadros especializados, entre si e com o país hospedeiro. Viria isto a ser relevante para uma futura política de articulações internacionais de largo alcance, no Terceiro Mundo de modo geral, mas num primeiro momento centradas no Atlântico Sul.

Era, portanto, no plano internacional que o Centro mais teria de avançar, tecendo uma teia de relações, primeiro epistolares e depois por contato direto, de início com os países da costa ocidental africana. Principalmente, com os do golfo da Guiné e com o Senegal. Mais ao sul, a África boer estava fora de questão, por seu inclemente e ditatorial racismo; e as colônias portuguesas, fora de alcance a não ser por meios indiretos, que eludissem a vigilante atenção da Metrópole.

Nessas últimas, a guerra ainda se gestava, fora de vistas, e dessa gestação quase nada se percebia entre nós, a não ser quanto à insustentável posição portuguesa numa África que sacudia o domínio europeu, e num mundo em que Portugal se marginalizara nas Nações Unidas. Pressupostos ideológicos e interesses de economia e poder manietavam a política portuguesa, dando-lhe renitente rigidez, que forçosamente levaria à derrocada nas colônias. Como levou.

Prevendo ser ela historicamente inevitável, era opinião de Agostinho que se deveria erigir, varrendo os escombros da velha ordem colonial, um núcleo de poder baseado na articulação de todos os países de língua portuguesa. Num primeiro momento, constituída pelos antigos territórios coloniais que se tornassem independentes,

e pelo Brasil; posteriormente, poder-se-ia quiçá pensar em organização internacional mais sólida, simples comunidade econômico-lingüística, aliança, ou talvez algo de tipo confederativo. Para evitar tentações e riscos de dominação centralizante, muitas vezes Agostinho me disse que, se a isso se chegasse e pudesse haver um órgão consultivo ou deliberativo comum, este deveria estar em Cabo Verde – que, apesar de central nas rotas do Atlântico, jamais teria meios de dominar ninguém.

Ideal seria se, um dia, Portugal entrasse no dito sistema, com *status* igual ao dos demais países; mas isso era inviável naquela altura, o que o deixou à margem de qualquer projeto. Isto apesar da importância que poderia vir a ter, por sua situação geográfica na encruzilhada das principais vias do Atlântico e do Mediterrâneo, para o acesso da futura comunidade ao mercado europeu, norte-africano e levantino.

Pelo conjunto de fatores que as subjugava, na política a desenvolver teriam grande importância e mereceriam especial atenção as colônias de Portugal, e por isso também os estudantes que delas viessem.⁷ No Brasil, não haveria a difícil barreira da língua, e até certo ponto da cultura, o que lhes facilitaria não só estudar mas o adaptar-se às novas condições. Por outro lado, conviver num país multi-étnico em que a pertinência étnica, cultural ou “racial” não implicava em limitadoras repercussões de ordem legal (apesar dos inegáveis problemas nas relações inter-raciais), poderia ser relevante no repensar de uma África em construção. Além de tudo, teriam aqui a possibilidade de discutir livremente, política ou o que fosse, num ambiente não totalmente estranho, e livre das peias político-policiais presentes em suas terras, em Portugal e em muitos dos países que recebiam bolsistas africanos. E não só discutir: aqui poderiam tentar, como efetivamente tentaram, contatos em caráter oficial ou pessoal visando a intermediação, brasileira, de uma solução política e negociada para o problema luso-colonial; contatos, aliás, que também o professor veio a fazer.⁸

⁷ Soube que dois deles chegaram a ministros de Estado após a independência, um em Cabo Verde, outro na Guiné-Bissau. O primeiro foi por muito tempo professor de psicologia na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia. O segundo, preso e expulso de Salvador e do país em 1964, aqui voltou e foi recebido com as honras devidas a um Ministro do Exterior...

⁸ V. em Agostinho da Silva, *Vida conversável*, pp. 118-119, a narrativa de sua entrevista, no Rio de Janeiro, com o embaixador de Portugal. Discutiram a guerra colonial africana, em data que ignoro mas foi anterior ao 25 de agosto de 1961; o diálogo acabou num impasse, grotesco se não fosse trágico, perante a rigidez salazarista. Muitas vidas, de um lado e outro, poderiam ter sido poupadas. Após isso, a Embaixada passou a pressionar o Itamarati, cujo secretário-geral insistiu junto ao reitor no mesmo sentido: exigir a demissão de Agostinho da Silva. Cortante, até nos modos, Edgar Santos recusou redondamente.

Com tais premissas, começou Agostinho seu discreto trabalho no subsolo da Reitoria; desejava o reitor que o Centro só viesse à luz quando já irreversível, tão certo estava de que sofreria forte oposição: as referências culturais eram, nos estratos dominantes da Bahia dos anos cinqüenta e sessenta, muito mais Europa e Estados Unidos do que África. Esta, na ideologia desses grupos, estava mais para senzala do que para casa grande... Em poucos meses estabeleceu Agostinho uma rede epistolar com os principais centros e entidades científicas e culturais africanos, e com seus pertinentes órgãos governamentais. Articulava já a ida de professores e pesquisadores brasileiros, pois tornar o Brasil conhecido em África era tão importante quanto conhecer África no Brasil. Assessorando-o nisso, contava com o profundo conhecimento e a longa experiência africana do etnólogo Pierre Verger, que ajudou e orientou também, aqui e lá, aqueles que se dirigiram à África; e contou ainda com o desinteressado e constante apoio, material inclusive, do amigo Antônio Celestino.

Logo que houve recursos, saíram, para a Nigéria, posteriormente Ghana e outros Estados africanos, Vivaldo da Costa Lima, que ali ensinou Brasil e fez estudos antropológicos; e para o Senegal, Pedro Moacir Maia, que esteve, como leitor, em Dakar por muitos anos. Foram esses os primeiros agentes de uma política cultural de aproximação com os povos do continente negro, a qual partiu da Universidade Federal da Bahia antes mesmo de que o governo sequer cogitasse a respeito. E de uma política que, não sendo casuística ou oportunística, nem restritamente acadêmica, visava desdobramentos de longo alcance, como acima deixei claro. Aos pioneiros seguiram, tempos depois, Guilherme Souza Castro e Yeda Pessoa de Castro, que ensinaram na Nigéria, e, bem mais tarde, Júlio Santana Braga, que trabalhou aí, no Benin (então Daomé), no ex-Congo Belga e na Costa do Marfim.

Os primeiros a passar à costa d'África articularam, por sua vez, a possível vinda de bolsistas africanos para o Brasil. Por enquanto, reduzia-se isso a mera intenção; meios para tanto não havia, mas a semente ficava lançada. Veio então um imprevisto político: nunca vista avalanche de votos levou Jânio Quadros à Presidência da República. Logo no início de seu mandato, dera ele guarida aos homens do Santa Maria: alguma coisa mudava na atitude internacional do Brasil. Logo depois, estalava a guerra em Angola. Atento às altera-

ções políticas, Agostinho (não obstante haver, conscientemente, votado no opositor de Jânio), solicitou audiência ao Presidente.

Recebido e atentamente ouvido, expôs suas idéias para uma política africana; Jânio acolheu-as, e, daí até ao inesperado fim de seu governo, a interlocução entre os dois permaneceu constante, com idas e vindas de Agostinho entre Brasília e o Centro de Estudos Afro-Orientais. Houve também verbas que permitiram alargar as iniciativas do CEAO, das quais a mais marcante foi concretizar a vinda de estudantes africanos para o Brasil; criadas as condições, o primeiro conjunto deles, oriundos do Senegal, Ghana, Dahomé, Nigéria e Camarões, chegou à Bahia em fins de 1961. Antes de se encaminharem às respectivas faculdades, passaram por um aprendizado intensivo do português, que, graças ao talento e competência de Nelson Rossi e sua equipe, os levou a um bom uso da língua em menos de três meses. E com esse grupo aprenderam ainda, de nossos costumes, o bastante para se desembaraçarem sozinhos. Quanto aos estudantes das colônias portuguesas, os poucos a ultrapassar o cerco só mais tarde o conseguiram; e no Brasil estudaram também, na Bahia e em outros Estados. Importante foi igualmente a organização conjunta, pelo Itamarati, Ministério da Marinha e Universidade da Bahia, da exposição sobre o Brasil que percorreu a África, a bordo do navio-escola Custódio de Melo. Por fim, conseqüência lógica da evolução dessa política, foram credenciados o primeiro embaixador brasileiro na África livre,⁹ e vários embaixadores africanos no Brasil. Antes disso, o último deles viera do Daomé à Bahia no século XVIII...

A renúncia de Jânio em 25 de agosto de 1961 apanhou Agostinho de chofre. Ele mesmo o diz: defrontava-se com o ruir de todo um espaço político pertinazmente criado.¹⁰ Pouco demorou a dar por concluído o que considerava ser sua tarefa baiana, e retirou-se para Santa Catarina e depois Rio e Brasília, ficando Waldir Freitas de Oliveira a dirigir o CEAO.¹¹ Foi nesta gestão¹² que finalmente desem-

⁹ Raimundo Sousa Dantas, que serviu no Ghana.

¹⁰ Sobre os contatos com Jânio Quadros e sua queda do poder, v. também *Vida conversável*, pp. 110-112.

¹¹ Até hoje, nesta ordem, foram diretores do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia: Waldir Freitas de Oliveira, Guilherme Augusto Souza Castro, Nelson de Araújo, Yeda Antonita Pessoa de Castro, Climério de Oliveira e Júlio Santana Braga (estes dois, *pro-tempore*). Em 1994 é dirigido por Jeferson Afonso Bacelar.

¹² Como diretor, de 1961 em diante, Waldir de Oliveira tratou de manter o mesmo rumo, e o conseguiu, apesar das dificuldades e impecilhos. Estes provinham das súbitas e bem conhecidas condições políticas do país, e de uma rede de intrigas, urdida por pequeno mas ativo grupo de intelectuais, que se tornava influente por suas conexões em círculos de poder e nas altas esferas lítero-sociais. Eles, conhecendo bem as idéias de Agostinho, mas não conseguindo

barcaram na Bahia os primeiros bolsistas africanos, iniciando contatos e intercâmbio que acabaram, felizmente, por transbordar da esfera universitária e diplomática para se irem tornando espontâneos: basta lembrar as visitas à África por sacerdotes do Candomblé, e, mais perto de hoje, as de marcantes artistas brasileiros. Mas especialmente significativa é, acredito, a ida a Angola, já independente, de representantes dos blocos afro do carnaval de Salvador – nascente forma de organização e afirmação político-cultural da majoritária minoria que é, na Bahia, a de seus cidadãos de ascendência étnica africana.

* * *

Com o fim do governo Quadros, ficaram em suspenso dois avanços políticos já em preparo. O primeiro pretendia, logo que as relações iniciadas fossem mais sólidas, tentar um acordo entre os países que, no Atlântico Sul, fossem exportadores de produtos agrícolas tropicais; o acordo incidiria sobre os bens de mais larga importância nas economias e dietas dos “desenvolvidos” do Norte. Nesses anos, especialmente açúcar, café e cacau. Visar-se-ia assim ganhar maior controle dos preços, senão impô-los, e escapar às bolsas de Nova York, Londres e Paris. Era, de certo modo e muito antes, objetivo análogo ao que levou à formação da OPEP. Mas a renúncia impediu que sequer se dessem os primeiros passos concretos.

Impediu também, a renúncia, um outro movimento, e este muito mais ambicioso e ousado. Dele não tive, que me lembre, conhecimento na época, e ignoro quem mais teria. Soube disso por acaso, quando Agostinho já regressara definitivamente a Portugal (1969) e eu arrumava papéis seus, que ele deixara em Brasília e agora precisava. Entre estes, havia um texto de bastantes páginas, já em forma final, que, pelo estilo, tom e conteúdo, se destinava a ser lido por Jânio ou algum seu representante por ocasião da Conferência dos Não-alinhados, prevista para Belgrado em data que não recorro mas foi

ou não querendo entendê-las, ou, pior, deliberadamente apropriando-se delas em benefício próprio, ao mesmo tempo as distorceram para melhor o difamar. Sem pejo, manipularam-nas para o acusar, a ele que se auto-exilara por convicção intelectual e política, de colonialista, fascista e até chantagista. Essa, quem sabe, a oposição que de começo Edgar Santos temia. Sobre eles e sua curta visão não mais me estenderei, a menos que algum expressamente me peça. Mas devo dizer que foram decisivos no sustar de duas iniciativas com que Agostinho tentou prosseguir em sua política: a do Centro Brasileiro de Estudos Portugueses da Universidade de Brasília e a do Museu do Atlântico Sul, em Salvador da Bahia; mas essa já é outra história, que um dia posso contar. Com nomes, datas, feitos e fatos.

anterior¹³ ao 25 de agosto de 1961. Por seu caráter geral, parece óbvio que Jânio estava a par do que continha; Agostinho também, pois o pusera por escrito: o estilo era seu, e a letra a da velha máquina que trouxera ao retirar-se para o Brasil. Não escrevia noutra, pois se habituara ao teclado português, diferente do internacional. Provavelmente, Aparecido, Arinos, Murtinho e Ricupero sabiam do que ali era dito, mas disso não tenho certeza. Nunca mais pude localizar o documento, nem imagino que fim levou. Em suma, seu texto propunha, em pormenor, a formalização de uma frente de países não-alinhados, tendo a liderá-la o Brasil – que tomava a iniciativa –, a Iugoslávia de Tito, o Egito de Nasser, a Índia de Nehru e a China de Mao. Se isso se tivesse realizado, é fácil imaginar a força internacional que teria. E as repercussões históricas que certamente provocaria. Nas circunstâncias de então foi, creio, o máximo que seria possível tentar. E para Agostinho, um passo mais, e não último, em direção ao sonhado ponto u-tópico e u-crônico de que falei, e para o qual via a História tender.

* * *

À vista do que narrei, não me parece exagerado dizer que, no essencial e específico das relações com África, a política externa independente do Brasil foi inspirada por Agostinho da Silva. E levada a cabo por um pequeno grupo que em várias esferas de ação teve a largueza de vistas e a coragem de lhe compreender o alcance. Não fosse um simples e inexplicado acidente político, muito mais longe se poderia ter ido.

¹³ Em versões mais curtas deste artigo, antes editadas, uma falha de memória fez-me incidir no erro de afirmar que a Conferência dos Não-Alinhados fora realizada após a renúncia de Jânio Quadros. Corrijo aqui esse lapso. No mais, mantenho o restante do texto, agora pela primeira vez publicado na íntegra. Devo a correção ao embaixador José Aparecido de Oliveira, que transcrevo: *Quanto à menção ao texto para a Conferência dos Não-Alinhados, peço licença para lembrar que o encontro de Belgrado se deu durante o governo do Presidente Jânio Quadros. Para nossa honra, o observador pessoal do Presidente naquela Conferência foi o então jovem diplomata Araújo Castro, que servia na Embaixada em Tóquio e foi instruído a deslocar-se a Belgrado. Ainda não podíamos saber, naquela ocasião, que com aquele deslocamento se consolidava uma nova fase da diplomacia brasileira – a política externa independente – que teve em Araújo Castro fiel intérprete.* (Cf. fax datado da Embaixada em Lisboa, 09.11.1994). As já referidas versões do artigo foram, pela mesma ordem: “Agostinho da Silva, 1959-1961: a política externa independente do Brasil com relação à África”, *Padrão*, 1 (2): 8-9, 12-13, Salvador, Associação de Amizade Brasil-Portugal, 07.09.1994 (versão reduzida, correspondente à segunda parte do presente artigo); e “Agostinho da Silva, o Brasil e a África”, *Jornal de Letras, Artes e Idéias*, 14 (628): 12-14, Lisboa, 09.11.1994 (versão mais extensa do que a recém-citada, mas com alteração do título e cortes de texto e de notas, feitos, por razões editoriais, pela redação do *Jornal de Letras, Artes e Idéias*). Não tenho meios de dizer se o texto de Agostinho foi lido ou não em Belgrado; mas tudo indica que, pelo menos, informou a posição brasileira nessa Conferência.

Finalizando: os fatos são esses, tal como os vejo; e deles procurei dar conta com o maior rigor e a isenção possível, tomando por objeto de entendimento o que pude conhecer e saber, em vivida e constante experiência. A qual, dizia o navegador, “é a madre de todas as cousas, por ela sabemos radicalmente a verdade”.¹⁴ Ao leitor cabe julgar. Ou, citando Agostinho¹⁵ quando cita D. Duarte, “quando for a determinação do que lerdos duvidoso, praza-vos de a deixardes em dúvida”.

Cidade do Salvador, 29 de agosto de 1991.

¹⁴ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, escrito em 1508 (apud Luiz Carlos Soares, “A ciência dos Descobrimentos”, *Ciência Hoje*, 17 (101): 23, São Paulo, SBPC, 1994).

¹⁵ *Reflexão à margem da Literatura Portuguesa*, 2ª ed., p. 151 (não numerada).